Espaço público e lugares de memórias negras: (des)encontros entre sujeitos e o patrimônio histórico urbano

Lourdes de Fátima Bezerra Carril[1]
Rosalina Burgos[2]

RESUMO
O propósito deste artigo é abordar a temática relacional do espaço público e dos lugares de memórias negras na cidade de Sorocaba, mais especificamente, os territórios compreendidos enquanto patrimônio histórico urbano. Trata-se, neste sentido, de um debate acerca dos níveis do urbano nos quais se processa uma urbanização que se reproduz sob as determinações de uma sociedade desigual. Esta sociedade aparta os negros da cidade enquanto obra, ao mesmo tempo em que é possível identificar a resistência nos lugares de memórias. Em pesquisa envolvendo projetos formativos com estudantes do curso de Licenciatura em Geografia e em Pedagogia, sobre Memórias Negras em Sorocaba, bem como em atividades de Extensão Universitária, encontramos bairros que, historicamente, foram lugares de moradia de famílias negras, mas, hoje, são bairros branqueados. A urbanização de Sorocaba trouxe outro perfil de ocupação territorial, como condomínios de apartamentos e casas para as classes médias e altas. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, se baseando em entrevistas, coleta de dados, análise documental e bibliográfica. Neste processo, foi possível compreender que a segregação espacial das famílias provocou seu afastamento, também, do patrimônio afro-brasileiro presente nas áreas centrais. Exemplo é a Capela Nhô João de Camargo, símbolo de tempos históricos que consagraram o curador de almas e seus vínculos com quilombos da região. A presença do patrimônio, embora atraia visitantes do mundo inteiro, está afastada das periferias, sendo pouco conhecido como legado da memória dos/pelos negros sorocabanos. Daí a importância da formação docente que estude a questão racial brasileira relacionada às espacialidades construídas.

Palavras-Chave: Espaço Público, Lugares de Memória, Segregação Espacial Urbana, Patrimônio Afro-Brasileiro

Public Space and Black memories places: nonconformity between people and the urban historical heritage

ABSTRACT
The purpose of this article is to approach the relational theme of public space and places of Black memories in the city of Sorocaba – namely, the territories understood as urban historical heritage. This is a debate about the levels of the urban environment in which urbanization takes place under the unequal society. In this society, socio-spatial segregation separates Black people from the city in regard to labor. At the same time, it is possible to identify resistance in places of memories. In research involving training projects with undergraduate Geography students, we analyzed the historical Black heritage and found that neighborhoods in Sorocaba, which historically housed Black families, are now mostly White neighborhoods. Sorocaba's urbanization brought another territorial profile, including condominiums of buildings and townhouses for the medium and high classes. The methodology used was based on the assumptions of qualitative research, based on interviews, data collection, documentary, and bibliographic analysis. In this process, it was possible to understand that the spatial segregation of Black families caused the migration away from the city center and, also, from their Afro-Brazilian heritage. Nhô João de Camargo Chapel is an example of this process and a symbol of historical times that have established the curator of souls and his important connections with quilombos in the region. The presence of the heritage attracts visitors from all over the world, but it is far from the great peripheries, being little known as a legacy of ancestry and urban memory of Black people in Sorocaba. For this reason, the development of educators that study the Brazilian racial issue related to constructed spatiality is important.

Keywords: Public Space, Memories Places, Urban Spatial Segregation, Afro-Brazilian heritage**.**

Introdução

Na modernidade, o desmoronamento da tradição oral, da comunidade e da cultura viva, traz o dilema da memória, pois como diz Giddens (2000), vivemos numa contínua destradicionalização, o

[1] Profa. do Curso de Licenciatura em Geografia do DGTH - Departamento de Geografia e Humanidades/UFSCar-So. Profa. do Programa de Pós Graduação em Geografia/UFSCar-So. Email: lfatimacarril@gmail.com
[2] Profa. do Curso de Licenciatura em Geografia do DGTH - Departamento de Geografia e Humanidades/UFSCar-So. Profa. do Programa de Pós Graduação em Geografia/UFSCar-So. Email: rburgos@ufscar.br

que implica no distanciamento do passado, das ancestralidades e dos vínculos sociais e culturais. Esse processo ganha aceleração com os fenômenos da mundialização e da urbanização de quase todo o planeta, no interior do qual a transmissão e conservação da memória passa a ser permeada por várias mediações, como a escola, a mídia, o Estado. Se por um lado, essa dinâmica acarreta a problemática do esquecimento/apagamento, por outro, o mundo das imagens e símbolos processados na sociedade do espetáculo aprofunda o estranhamento de todos enquanto construtores do mundo (DEBORD, 1997). Segundo o autor, o espetáculo seria o momento em que não se consegue ver muito além da própria mercadoria, da produção alienada, da fragmentação da vida cotidiana e da ilusão do consumo. Trata-se de um mundo de alienação, de privações, do constante retorno da sobrevivência ampliada e busca incessante das identidades. Nas periferias urbanas, a precarização da vida não é só econômica, mas incide, também, sobre os meios pelos quais os sujeitos estabelecem a consciência de si e do outro na história construída, muitas vezes, sob narrativas que negam as experiências subjetivas e sua historicidade. Ao pensarmos sobre os processos educativos ou em políticas públicas, percebemos a importância de contemplarem dimensões da vida dos jovens negros nas cidades e metrópoles brasileiras, como é o caso das memórias afro brasileiras urbanas. Nesse sentido, é importante atentar ao dimensionamento da questão dos lugares da memória como é apontado por Nora (1993), segundo o qual, o moderno representa a ruptura dos elos de identidade e das possibilidades de vivenciar a própria memória como parte da experiência:

> A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda a memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória (NORA, 1993, p. 8).

Essa análise nos mostra que o moderno ao substituir o passado numa repetição sem fim engendra separações constantes, incluindo as obras e a cultura sobre a qual se construiu, constituindo-se, assim, a necessidade de revisitarmos esse passado pelos monumentos nos lugares. Ora, se essa é uma trama da história, a da impossibilidade de reconstituir o ciclo sagrado do repetido no cotidiano, e sendo que este se encontra colonizado por nosso tempo histórico, o da modernidade capitalista, a abertura do mundo moderno ao campo da história tem como ofício narrar, com todas as lacunas, o ocorrido. É nessa universalidade que aparece a singularidade da problemática do patrimônio histórico afro brasileiro; no contexto de urbanização contemporânea, a segregação dificulta o acesso ao espaço público na acepção de reunião das obras, da arte, da sociabilidade e do usufruto da cidadania. Esse movimento gera a problemática da relação com o passado. O presente se torna,

para os negros, uma atualização da negação de si próprio, pois as narrativas, na maioria das vezes, enaltecem o outro com toda sua herança, suas guerras, conquistas e seus heróis, com os quais os afro brasileiros devem se identificar.

Como entramos em contato com o legado histórico e os lugares da memória? Como reconhecê-lo e conservar sua memória para as gerações futuras? A valorização do espaço público e a resistência dos lugares da memória, é possível, segundo Godoi (2012), por meio da escola e de seus projetos pedagógicos. Acrescentamos que a formação docente no ensino superior, também, tem grande responsabilidade em sensibilizar o estudante à valorização do patrimônio histórico. Este seria "uma herança comum, a qual todos devemos conservar, posto que constitui a nossa identidade. No entanto, para querer conservá-lo, e até se engajar neste movimento, é preciso conhecê-lo" (2012, p.109). Assim, a autora alude a um dos problemas centrais aqui apresentados: a questão relacional do espaço público e dos lugares de memórias negras na cidade de Sorocaba, compreendido enquanto processo de expressão cultural, de experiências da escravidão, os quais se apresentam como mitos de origem, com seus significados e simbologias que remetem à ancestralidade africana (LIMA, 2012, p. 16).

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é a reflexão sobre as construções históricas que atuaram na separação espacial urbana dos negros sorocabanos em relação ao patrimônio afro brasileiro. Pretende-se problematizar esse processo num contexto histórico marcado pela exclusão e marginalização, em que à luta pela moradia, trabalho e educação, se aviva a responsabilidade da educação na perspectiva de contrariar a lógica do preconceito e da discriminação racial que se reproduzem cotidianamente no Brasil.

A pesquisa dos lugares de memória dos negros sorocabanos[3] junto a estudantes da licenciatura em Geografia e de Pedagogia da UFSCar, campus Sorocaba, realizou-se a partir de trabalho de campo, do levantamento de dados, entrevistas, análise de documentos e referenciais bibliográficos, pautando-se na pesquisa qualitativa. Partindo dos pressupostos teóricos da literatura geográfica urbana sobre a urbanização periférica e crítica em Sorocaba, à análise dos pontos de resistência na cidade, encontramos, concentrados próximos ao centro, verdadeiros patrimônios históricos e locais de memória, mas desencontrados dos sujeitos. A busca da memória dos negros no espaço urbano permitiu analisar a importância do espaço público como resistências históricas, sendo que a partir das leituras e análise das entrevistas, foi possível tecer hipóteses sobre a geografia urbana

[3] Lugares de Memória em Sorocaba". Pesquisa realizada junto a estudantes da Licenciatura em Geografia e Pedagogia em 2017.

sorocabana. Tratou-se, não só de pensar a urbanização da cidade, mas, também, construir um conhecimento das memórias negras e de suas separações.

Assim, este trabalho se faz relevante socialmente por refletir e vislumbrar com os licenciandos práticas curriculares e pedagógicas críticas na docência junto à Educação Básica, cujo horizonte visa a perspectiva de emancipação, sem a qual não há liberdade, o que aponta sua centralidade numa pedagogia que venha a abarcar experiências dos sujeitos na cidade. Trataremos dessa dinâmica espacial e temporal, em primeiro lugar, por meio da análise da problemática da habitação dos negros desde a abolição, buscando evidenciar os marcos da separação e apartamento espacial e racial no processo de urbanização que não cessou ao longo do século XX. A desconexão com a memória dos feitos e obras históricas na cidade de Sorocaba, em seguida, será analisada numa perspectiva histórica e geográfica com foco na urbanização de Sorocaba e sua relação com o patrimônio afro-brasileiro como espaço público. Desde esse processo evidenciar-se-á a separação entre os sujeitos e sua obra na cidade enfatizando que a reconstrução do processo histórico tem profundo vínculo com os processos fundantes da formação social brasileira e relação inequívoca com a memória como necessário suporte social e de auto reconhecimento dos sujeitos.

Liberdade, Habitação e Segregação Espacial e Racial Urbana Brasileira

Analisar o patrimônio histórico cultural afro brasileiro urbano é um exercício de síntese de continuidades e descontinuidades que apontam para os fundamentos da modernidade brasileira. Esta que se instaura política e socialmente no bojo da construção da nação brasileira já emancipada das forças coloniais, produzindo, assim, como projeto de modernização social, o ideário do branqueamento da população e o apagamento da memória dos mais de três séculos de escravidão. Segundo Fernandes (2006), o principal marco da revolução social brasileira~~,~~ seria a efetivação de uma mudança “pelo alto”, sem a participação efetiva da grande maioria da sociedade, consolidando-se um capitalismo dependente e conservador que mantém intactas muitas de suas estruturas coloniais. Nesse particular processo de formação, as famílias negras - um grande contingente social, fica apartado dos aparatos modernos capitalistas, desprovido de suportes para a reprodução social. É nesse contexto que podemos analisar, por exemplo, a questão da habitação, enquanto expressão do racismo estrutural, *pari passu*, segundo a lógica da constituição da segregação social, espacial e racial no país, tornando esquecida a memória negra nas cidades.

Tomando o processo histórico da cidade de São Paulo para onde afluíram milhões de imigrantes, desde o final do século XIX até a década de 1930, à chegada desses somou-se o preconceito de cor, gerando o estigma racial na distribuição do trabalho e do viver a cidade. Desde a abolição, a ausência

de qualquer política de base social aos libertos resultou na sua negação no projeto da modernidade restando à maioria da população negra aglutinar-se em habitações precárias e cortiços, em bairros próximos ao centro, onde se concentrava a atividade comercial e a elite, bem como as oportunidades de trabalho. Os trabalhos domésticos, para as mulheres, principalmente; para os homens, a condução de bondes ou trabalhos braçais, tornaram-se quase as únicas possibilidades de emprego, quando não, a "vadiagem". Os planos urbanísticos levados a cabo pela legislação implementados, desde a década 1880, em São Paulo, levaram à valorização das áreas centrais, resultando no desalojamento da população negra desses espaços. Consequentemente, os negros passaram a migrar para os novos loteamentos abertos nos arrabaldes da cidade, onde criaram núcleos de sociabilidade, levando menos de um século a se concentrarem nas atuais periferias.

A formação da metrópole paulista reproduz a falta da moradia e do direito à cidade, tornando-se central na urbanização que se processa em outros espaços urbanos brasileiros, como Sorocaba. Até a década de 1980, observa-se o modelo centro-periferia, pautado pelo loteamento irregular ou ilegal e a autoconstrução pelos trabalhadores com recursos próprios e sua força de trabalho, bem como de toda a família, próprios a essa dinâmica: "- espaços socialmente homogêneos, esquecidos pelas políticas estatais, e localizados tipicamente nas extremidades da área metropolitana" (TORRES et alii, 2003, p. 98).

Com a redemocratização brasileira, movimentos sociais urbanos reivindicaram melhorias nos locais de moradia, asfaltamento, eletrificação, saneamento e legalização das escrituras; contudo, concomitantemente, há vertiginosos avanços do mercado imobiliário nos territórios urbanizados empurrando os mais pobres para áreas mais distantes, para locais de proteção ambiental ou favelas. A construção de condomínio fechados nessas áreas mostra, assim, o esgotamento do modelo periférico homogêneo. À luz do clamor por uma vida mais saudável e afastada dos centros poluídos e congestionados, muros fechados, portarias e proteção policial enunciam uma urbanização da segurança confinada, em que pobreza e riqueza passam a andar lado a lado, sob a indiferença como dispositivo de convivência na metrópole desigual e segregada, que nega o urbano a todos:

> O que é a urbanização crítica? É a impossibilidade do urbano para todos, a não ser que se transforme radicalmente as bases da produção e da reprodução sociais. A diversidade dos movimentos urbanos e sua separação mútua vêm corroborar com o não desvendamento das radicais causas da situação enfrentada: não há moradia e emprego para a maioria – faminta e alvo da violência -, pois a negatividade absoluta do trabalho assim se traduz, sem política como alternativa, sobram as igrejas pentecostais, renovando a já tradicional relação entre messianismo e fome (cf. Bastide, 1958). Não há o urbano para todos. Esta é a radicalidade do urbano na História, colocada hoje com clareza suficiente. Todo o aparato teórico-conceitual que sempre explicou a miséria e o desemprego, ou o subemprego, como faces do capitalismo dependente, acabou por obscurecer o limite que estamos vivendo. Os pobres sobrevivem à custa de uma economia que envolve os próprios pobres e quase

> exclusivamente eles: são os serviços e o comércio nas áreas periféricas (DAMIANI, 2000, p. 30)

A urbanização crítica reproduz em seu interior a negatividade não só do urbano, mas, também, a memória do patrimônio histórico aos negros periféricos que vivem distantes dessas obras. O movimento de afastamento espacial das classes sociais urbanas vinha sendo pensado pelas ciências humanas, enfatizando-se as lutas pela moradia, transporte, saneamento urbano e trabalho, seguindo o enfoque da pobreza urbana (TORRES et alii, 2003). Contudo, a análise da presença majoritária de famílias negras nas periferias e favelas vem a ampliar a outras faces da segregação a serem investigadas. Estudos geográficos[4] sobre a segregação espacial e racial indicam-na como condição fundante do capitalismo brasileiro, forjada no sistema escravista, e reatualizada na sociedade urbana contemporânea. Assim, a presença do patrimônio histórico afro-brasileiro, no decurso do crescimento urbano brasileiro e de suas desigualdades, afasta o acesso dos jovens negros periféricos à memória do legado de ancestralidade, o qual se dilui nas linhas de separação do direito à cidade e do reconhecimento dos sujeitos como construtores dos monumentos e da própria cidade. Esse processo não sendo particular da formação urbana da metrópole paulista, mas da realidade histórica nacional, é demonstrada na formação de Sorocaba, esta que se torna Região Metropolitana, em 2014, e apresenta nítidas linhas de separação das famílias negras em relação aos monumentos afrobrasileiros sorocabanos.

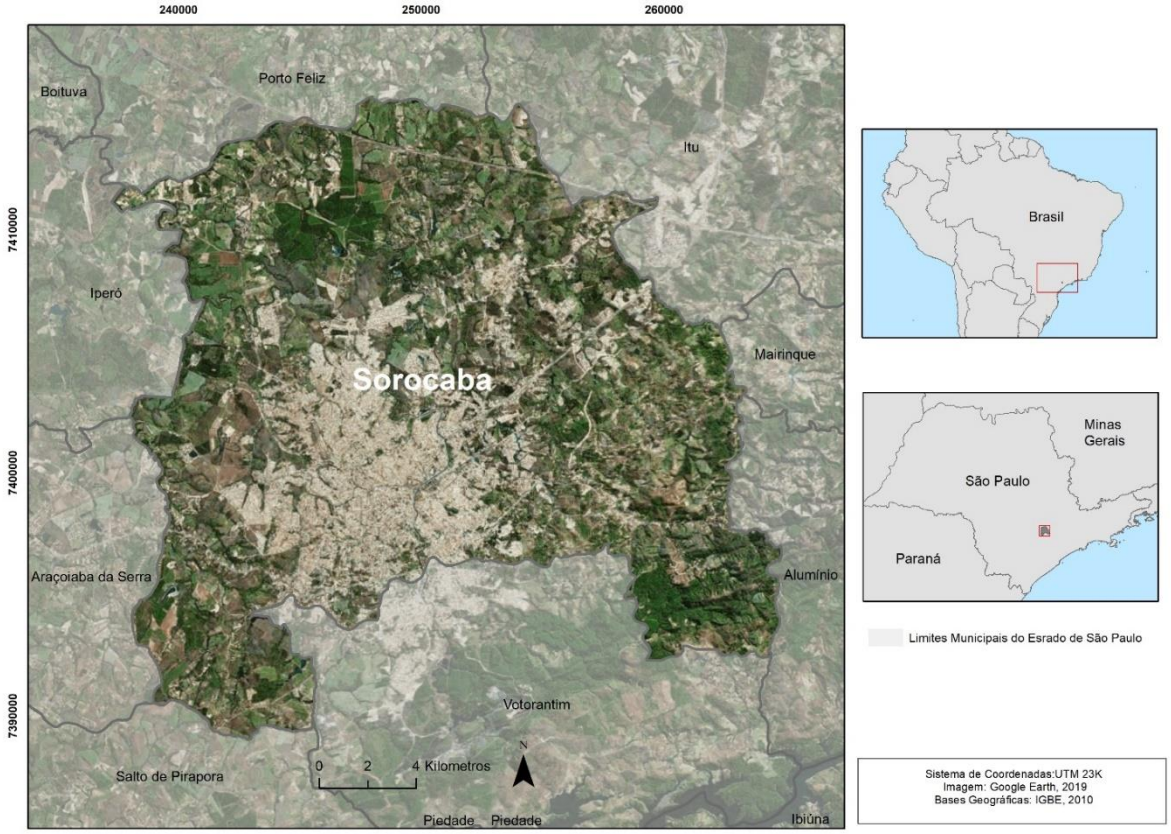
A urbanização de Sorocaba e o patrimônio afro-brasileiro

Sorocaba se caracteriza como uma cidade paulista, não muito distante da metrópole nacional: São Paulo e a metrópole regional Campinas, definindo um território de múltiplas interfaces e fluxos de influência no contexto da denominada macro metrópole paulista (**Mapa 1**). Se por um lado, esta cidade com seus mais de 600 mil habitantes se projeta como *lócus* promissor para setores produtivos – a exemplo do já consolidado distrito industrial do Éden, desde os anos 1970, seguido pelo eixo mais recente de investimentos em torno do Parque Tecnológico e da multinacional Toyota no extremo noroeste da mancha urbana do município – por outro lado, há fronteiras e limites sociais que vão sendo definidos ao longo do tempo. A formação de suas periferias urbanas é uma faceta historicamente recente, caracterizando-se como uma das formas urbanas de segregação. No tempo histórico de mais longa duração, encontra-se em Sorocaba e região os marcos territoriais da

[4] Ver: CAMPOS, Andrelino. *Do Quilombo à Favela. A Produção do "Espaço Criminalizado" no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2005.

presença quilombola que, igualmente, desvela as relações sociais pretéritas marcadas pela desigualdade e opressão étnico-racial.

Mapa 1 – Localização de Sorocaba em São Paulo e no Brasil



Autor: Marco Roberto Martines (UFSCar, *campus* Sorocaba, 2021)

No que diz respeito aos territórios de memórias negras inscritos no perímetro da urbanização consolidada desta cidade, a pesquisa realizada junto aos estudantes da Licenciatura em Geografia e de Pedagogia, da UFSCar, *campus* Sorocaba, pôde identificar esse patrimônio histórico de grande relevância. A importância de sua existência, resistência e significados se caracteriza por serem espaços onde se desenvolve uma esfera pública destinada a produzir e ampliar formas de ação e de visibilidade da população negra e suas memórias. Neste caso, se situam o Clube 28 de setembro (fundado em 1945 e que mantém sede à Rua Machado de Assis no centro histórico), o Quilombinho (fundado em 2003), na Vila Leão (**Figura 1**), na casa onde nasceu Paulo Betti, tendo sido recentemente transferido para a zona norte da cidade) e a Capela João de Camargo (às margens do córrego da Água Vermelha e atual Avenida Barão de Tatuí), dentre outros existentes na cidade. Destacam-se estes como exemplos do contínuo tensionamento entre a memória social e cultural e o silenciamento das frentes de valorização espacial que tende à homogeneização segundo a racionalidade dos setores sociais hegemônicos. Neste âmbito, a dialética do público-privado se faz presente no movimento que funda e institui o domínio da propriedade privada – e do que é público

e para quem. Pelo que representam, são, em essência, lugares de memória que se consolidam como fortalecedores da esfera pública numa cidade marcada pela lógica empresarial e da proliferação de espaços destinados ao consumo em simbiose com um lazer domesticado pela áurea embranquecida e vigiada dos shoppings centers.

Por outro lado, os três casos citados também apresentam contradições internas no trajeto do processo que funda a identidade negra e os interesses impostos por uma sociedade de classes hegemonicamente branca.

Figura 1 –Centro Cultural Quilombinho



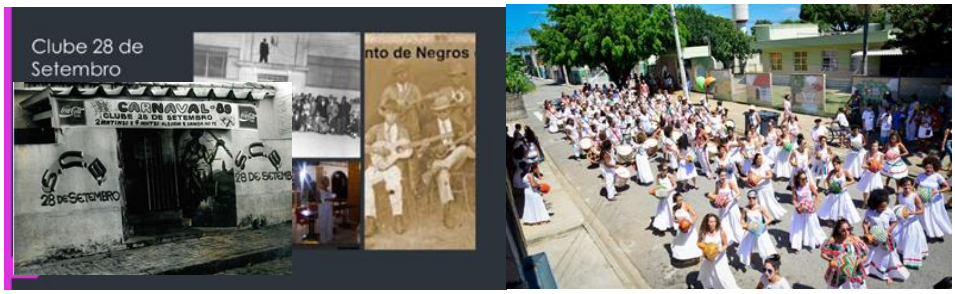
Fonte: Página do Evento "Mostra da Terra Rasgada" (2016)[5]

Ademais destes lugares de memórias negras presentes na cidade de Sorocaba, destacam-se grupos sociais que atuam no debate público para firmar sua memória e história pretérita e presente. Como exemplo, é possível citar dois casos distintos que denotam a amplitude de frentes de ação por parte da população negra em Sorocaba: o Movimento de Mulheres Negras – Momunes, e o grupo de Maracatu Mukumby. O primeiro é uma referência na luta pelos direitos das mulheres negras e o segundo tem ganhado cada vez mais repercussão como difusor do maracatu com forte expressão da cultura negra. Ambos participam ativamente da agenda de eventos e debates com forte expressão pública. O Momunes tem sede localizada no centro histórico da cidade e na zona oeste de Sorocaba, ambos com fácil acesso para as classes populares. De fato, o perímetro mais antigo da cidade de Sorocaba, no qual se concentra o comércio de rua e os serviços, tem uma esfera popular e populosa, a exemplo de suas periferias urbanas, lugar de moradia de parte significativa de seus trabalhadores. Observe-se o movimento diário no Terminal de ônibus Santo Antônio para o qual converge a frota que transporta trabalhadores e consumidores que se deslocam de todos os cantos da cidade em direção à zona central e seus arredores. Por sua vez, o grupo de Maracatu +Mukumby tem como espaço para encontros e ensaios o Barracão Cultural de Sorocaba, um espaço cultural sob gestão pública municipal existente numa das edificações anexas à antiga Estação Ferroviária.

[5] https://agendasorocaba.com.br/centro-cultural-quilombinho/mostra-da-terra-rasgada/

Se a esfera público-política subjaz a um cotidiano marcado pela lógica do mundo do consumo, por outro lado, expressa conflitos que expõem a perversidade da cisão e as possibilidades de redescoberta dos sujeitos em sua relação de pertencimento ao patrimônio histórico da cidade. Seja no caso dos territórios citados enquanto lugares de memórias negras: Clube 28 de setembro (**Figura 2**), Quilombinho e Capela João de Camargo, sejam aqueles movimentos ligados à luta e expressão cultural da população negra (Movimento de Mulheres Negras – Momunes e Maracatu Mukumby) (**Figura 3**), é possível localizar práticas sociais de pertencimento social e territorial. Assim, os sentidos imateriais estão em profunda conexão com os lugares de memória definindo os sentidos deles enquanto patrimônio histórico urbano, possuindo ou não os dispositivos das leis do patrimônio. Contraditoriamente, enquanto esfera pública, estes sítios de expressão cultural e de resistência também abrigam a eclosão de conflitos e a sempre latente possibilidade da novidade. É assim que se consolida, por exemplo, a participação do movimento de mulheres negras junto ao Conselho Municipal da Mulher, ou ainda, a penetração da cultura do maracatu nos meios historicamente elitistas, como aquele das universidades. A aproximação também se faz por meio da presença crescente, ainda que incipiente, da população negra nos níveis de ensino superior (graduação e pós-graduação).

Figuras 2 (Clube 28 de Setembro) e 3 (Maracatu Mukumby)



Fonte: Compilação das Autoras[6]

Os casos abordados estão correlacionados no espaço e no tempo de formação da cidade de Sorocaba. Em termos territoriais, definem um percurso que abriga o lugar da memória da população negra nesta cidade. Em termos temporais, remontam capítulos da história social e territorial de Sorocaba e região. Na análise das referências documentais e registros históricos sobre eles, pode-se observar que cada caso, para além de apresentarem suas particularidades, constituem um conjunto articulado de práticas socioespaciais e sujeitos concretos que criaram e seguem produzindo lugares de memórias negras numa cidade e sociedade hegemonicamente branca. A

[6] Montagem a partir das imagens coletadas nas seguintes páginas: https://www.jornalcruzeiro.com.br/presenca/28-de-setembro-a-mais-antiga-escola-de-samba-de-sorocaba/ e https://www.facebook.com/maracatumukumby/photos/?ref=page_internal

seguir, apresenta-se alguns aspectos de dois destes casos: a Capela de João de Camargo e o Clube 28 de Setembro.

O primeiro se caracteriza como um caso emblemático que sintetiza resistência e conflitos pela existência e permanência de um lugar de memória negra na cidade de Sorocaba. A própria localização geográfica já constitui um enfrentamento, uma vez que a Capela do Bom Senhor do Bomfim da Água Vermelha (ou somente da Água Vermelha, nome do córrego contíguo e como era chamado o atual bairro Vergueiro) está situada às margens da atual Avenida Barão de Tatuí, uma das principais vias de acesso entre o centro histórico e a nova centralidade de comércio e serviços no bairro do Campolim. Sua origem remonta à virada do século XIX para o XX quando aquelas imediações ainda se caracterizam como roça e sertão, distantes do que era a cidade. Às margens do Córrego da Água Vermelha, a referida Capela é obra indissociável do sujeito histórico, místico e mítico que lhe confere alcunha: João de Camargo, que viveu entre os anos de 1858 e 1942. Nasceu no período escravista, tendo se deslocado de sua cidade natal, Sarapuí, para Sorocaba logo após a abolição. O sobrenome foi herdado dos proprietários da fazenda onde crescera, da família Camargo Barros. Analfabeto, exerceu diferentes ofícios na cidade de Sorocaba, tanto na zona rural quanto nas atividades urbanas que iam sendo difundidas na cidade, a exemplo das olarias.

Num tempo que se erguiam cruzes por mortes ocorridas nas beiras de estradas, João de Camargo teria experimentado um encontro com o denominado menino Alfredinho, cuja história havia conhecido com sua mãe, reconhecida como curandeira. Em torno desta forte personalidade negra e sua igreja, formou-se um arraial, uma história, um território e lugar de memória que atravessa os tempos. Encontra-se em sua personalidade a confluência do curandeirismo (herança maternal de origem africana), elementos do catolicismo (oriundos da família Camargo Barros e do padre João Soares do Amaral) e do misticismo que marca toda sua prática de curas e da própria construção da capela, erguida nas imediações da então Estrada da Água Vermelha (atual Barão de Tatuí), distante da cidade ainda diminuta no início do século XX. Em sua trajetória, foi preso por inúmeras vezes acusado de prática de curandeirismo. Afora os percalços enfrentados, fundou a Associação Espírita e Beneficente Capela do Senhor do Bonfim, bem como uma corporação musical de destacada qualidade.

Analisado em trabalhos científicos, reportagens ao longo do tempo, e pela sétima arte através do longa metragem intitulado Cafundó, dirigido por Paulo Betti e lançado em 2005, a Capela de João de Camargo (**Figura 4**) segue sendo um depositário das práticas e estratégias da população negra para ter lugar numa sociedade tão desigual. Da literatura consultada é possível observar dois grandes eixos interpretativos: aquele que atribui à João de Camargo – e à igreja por ele fundada –

um exemplo de sincretismo religioso que congrega religiões de matriz africana (há manifestação de João de Camargo como entidade na linha dos pretos velhos da Umbanda), incluindo elementos do candomblé, e outras cristãs e espíritas, como o catolicismo rústico e a doutrina de Allan Kardec, o kardecismo. Para Florestan Fernandes (1971), torna-se bastante significativo que ocorresse a sobreposição de valores sincréticos, sendo bastante provável que: "João de Camargo tenha encontrado no conhecimento de valores de origem africana e na observância dos mesmos no culto religioso que desenvolveu, um ponto de apoio inicialmente extraordinariamente forte, capaz de atrair por si mesmo um número relativamente grande de seguidores" (1971, p. 234). Os rumos de seu trabalho e atuação como religioso, curandeiro tiveram importância acentuada para demarcar um território de identidade pautado pelo contexto histórico e no fortalecimento da memória que investe o lugar onde até hoje se encontra a capela.

Para além da convergência, reunião e encontro de vertentes religiosas distinta, a Capela resulta em uma novidade. Para quem a visita, de forma cética ou não, resulta o encontro com a experiência de um mergulho numa bricolagem de informações que rememoram muitos passos dados para firmar lugar e permanência. Não ao acaso a Capela se mantém resistente ao avanço das vias de trânsito rápido na velocidade da urbanização que avançou fortemente para o setor sul da cidade que concentra a zona mais valorizada no mercado imobiliário de Sorocaba. Incrustada entre a Avenida Barão de Tatuí de um lado, e pelo Córrego da Água Vermelha de outro, a Capela embora de dimensões modestas abriga algo de imponente. Ela se impõe como salvaguarda da memória viva de seu fundador que imprimiu sua história e um terreno de memórias que seguem vivas na prática cotidiana de apropriação daquele espaço por devotos, festeiros, militantes do movimento negro.

Figura 4 – A Capela de João de Camargo



Fonte: Arquivo da Capela João de Camargo

Ao longo dos anos, a Capela passou por algumas reformas. A trepidação causada pelo fluxo de veículos na Avenida Barão de Tatuí parece corresponder ao principal impacto às estruturas da Capela que passou por uma restauração completa em 2005 e acabou sendo alvo de polêmica junto ao Ministério Público Estadual. Algumas das intervenções indevidas teriam sido a remoção de algumas imagens de santos e fotografias de devotos com depoimento deles. Frioli (1999) assinala

elementos que constituem a personalidade de João de Camargo em sinergia com os elementos constitutivos da Capela e as mudanças feitas na reforma teriam descaracterizado parte da dimensão mística do lugar. O pesquisador, Sobrinho, em entrevista concedida para reportagem do Jornal Cruzeiro do Sul[7], assinalou ainda que "retiraram o local mais sagrado da capela, que era onde o João de Camargo passava os dias atendendo os crentes que o buscavam". O pesquisador se referia ao local denominado por João de Camargo como o “trado”, termo que aludia ao lugar onde traduzia as mensagens dos guias espirituais para aqueles que o procuravam.

Outra reforma ocorre em 2014, sobretudo, para conter rachaduras no edifício que foi tombado pelo Conselho do Patrimônio Histórico de Sorocaba em 1996. De todo modo, é inegável que a Capela de João de Camargo se consolidou como um lugar de memória negra em Sorocaba. Na atualidade, diversos eventos ocorrem em seu espaço, no calendário relacionado à agenda e causas do movimento negro. Destaca-se o Dia da Consciência Negra (20 de novembro) que reúne em seu pátio um dos principais eventos deste dia na cidade, com ritos religiosos e festejos que reúnem expressões da cultura negra. Neste sentido, instauram uma esfera pública que publiciza a presença negra, enquanto lugar de memória, em Sorocaba.

Nesta cidade marcada pelo ritmo da ferrovia e tecelagem, sobretudo, em meados do século XX, o período que podemos identificar como o advento do urbano propriamente dito é acompanhado pela formação de uma elite sorocabana entusiasta dos adventos da modernização. A modernidade chega com o conjunto de inúmeros cinemas pontilhados pela cidade, pela chegada da linha de bonde elétrico, pela magnitude que representou a construção da Hidrelétrica de Itupararanga e o sistema de produção fabril, cuja dimensão ainda se faz presente na arquitetura das antigas instalações aos moldes ingleses, hoje transformados em grandes superfícies de comércio (Shopping Cianê na antiga tecelagem Santo Antônio; Carrefour na antiga tecelagem Sônia Maria; Extra Hipermercado na antiga tecelagem Santa Rosália) e empreendimentos imobiliários (a exemplo do novo condomínio fechado construído junto às antigas instalações da tecelagem Santa Maria). Uma das expressões desta esfera público-política de relações sociais e culturais são os clubes, associações que congregam determinados grupos sociais e famílias que dão nome a diversos logradouros, avenidas, praças e ruas. É neste contexto que será criado o Clube 28 de Setembro.

Mais precisamente sob a denominação de Sociedade Cultural e Beneficente 28 de Setembro, o clube foi fundado na data que rememora o dia 28 de setembro de 1871 quando a Lei do Ventre Livre (segundo a qual os filhos dos escravizados nascidos a partir desta data eram considerados livres)

[7] Jornal O Cruzeiro do Sul. TBT. João de Camargo. Presença. 29/05/2019.
Disponível em: https://www.jornalcruzeiro.com.br/presenca/tbt-joao-de-camargo/. acesso em 29 out 2020.

passou a vigorar no país. A entidade foi criada como espaço de sociabilidade e recreação para a comunidade negra da cidade, tendo sucedido a representação local da Frente Negra Brasileira que acabou sendo extinta no período Vargas. Entre os registros históricos sobre sua trajetória, há indicação de que sua criação tenha sido motivada pelo cerceamento aos negros de participarem dos demais clubes existentes na cidade. Reportagens de jornais da época relatam que pessoas negras eram barradas nas entradas dos clubes da cidade, mesmo quando já haviam comprado ingressos para algum festejo ou atividade realizada por determinado clube. Assim sendo, um grupo de 14 ferroviários se reuniram no intuito de criarem um clube para a população negra sorocabana. Inicialmente, sua sede provisória se encontrava na Rua Miranda Azevedo, tendo em 1950 adquirido seu prédio próprio, localizado à Rua Machado de Assis.

Relatos presentes em artigos de jornais e trabalhos acadêmicos citam os anos da década de 1970 como auge de suas atividades, quando ocorriam lendários bailes *black*, além de reuniões para firmar a valorização da cultura de matriz africana. De modo geral, na última década o clube passou por um processo de declínio de atividades, mas segue reinventando seu lugar de memória negra na cidade de Sorocaba. O espaço localizado nas imediações da Praça Frei Baraúna, numa localização no centro histórico da cidade, vem abrigando diversos eventos culturais e de manifestações público-políticas. Ao contrário do que motivou sua criação na década de 1940, muitos eventos que hoje nele ocorrem recebem população negra e não-negra, sendo esta última recebida sem restrições.

O Clube também se destacou com sua participação na mais popular das festividades: o carnaval de rua. Inicialmente, foi criado o Cordão 28 de Setembro que com o tempo se transformou em Escola de Samba. Privilegiando enredos com temas referentes a fatos históricos, sobretudo destacando a participação dos negros na história do país e de Sorocaba.

No final da década de 1970, ocorre uma reformulação estatutária que deu origem ao Instituto de Cultura Afro-Brasileira, atual NUCAB (Núcleo Afro-Brasileiro), integrando-o à Universidade de Sorocaba, UNISO. Do mesmo modo como há críticas sobre a aproximação da figura de João de Camargo em relação à sociedade hegemonicamente branca (o catolicismo, o kardecismo, os devotos e apoiadores da elite branca de Sorocaba), há também questionamentos sobre a inserção do Clube 28 de Setembro à instituição UNISO, que integra o sistema de entidades e instituições de poder relacionados à Fundação Ubaldino do Amaral[8], e reúne o domínio hegemônico de meios de comunicação e forte influência política e econômica na cidade.

[8] A Fundação Ubaldino do Amaral (FUA), constituída em 31/07/1964, dentro da Loja Maçônica Perseverança III, de Sorocaba a Ubaldino do Amaral Fontoura (1842-1920), um dos fundadores da Perseverança III e da Estrada de Ferro Sorocabana. https://www.fua.org.br/historia/> acesso em 10 out 2020.

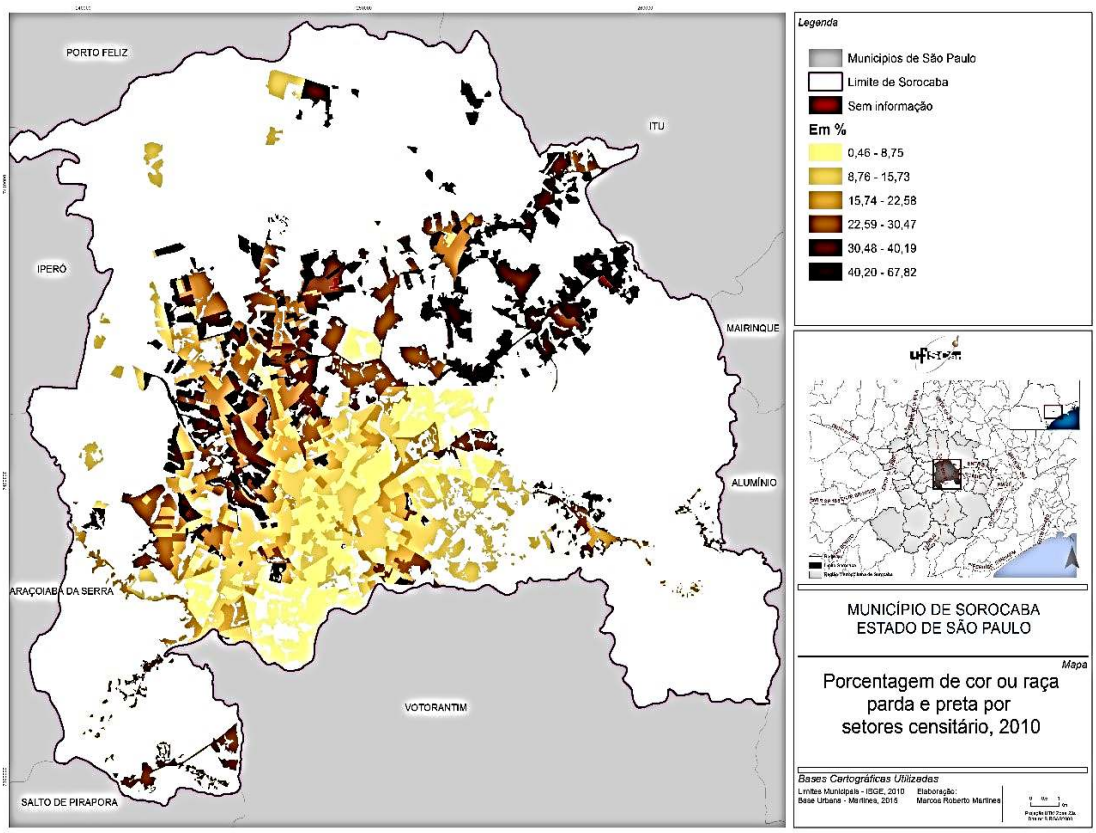
Pelo que reúnem e representam, estes espaços são densos de significados sociais e históricos. Perpetuam-se na paisagem e no cotidiano urbano como lugares de memórias negras e contribuem para que a cidade seja mais plural e diversificada. Neste sentido, são territórios que resistem ao predomínio da homogeneização e padronização dos espaços sob a lógica de uma cidade moldada por uma estética nitidamente higienista que ornamenta seus logradouros públicos com monumentos dedicados às entidades e personalidades não-negras. Neles, as memórias negras instauram a possibilidade de uma esfera pública mais profunda num país onde o espaço público sempre cerceou os segmentos desfavorecidos e majoritariamente negras.

A separação entre os sujeitos e o patrimônio histórico

No processo de urbanização de Sorocaba, toda a produção cultural material e imaterial foi se distanciando dos negros que não se identificam com a cidade. À cultura urbana, que se configura por teatros, obras de arte, monumentos, festas, culinária, datas comemorativas, patrimônio histórico e cultural se soma a alienação socioespacial.

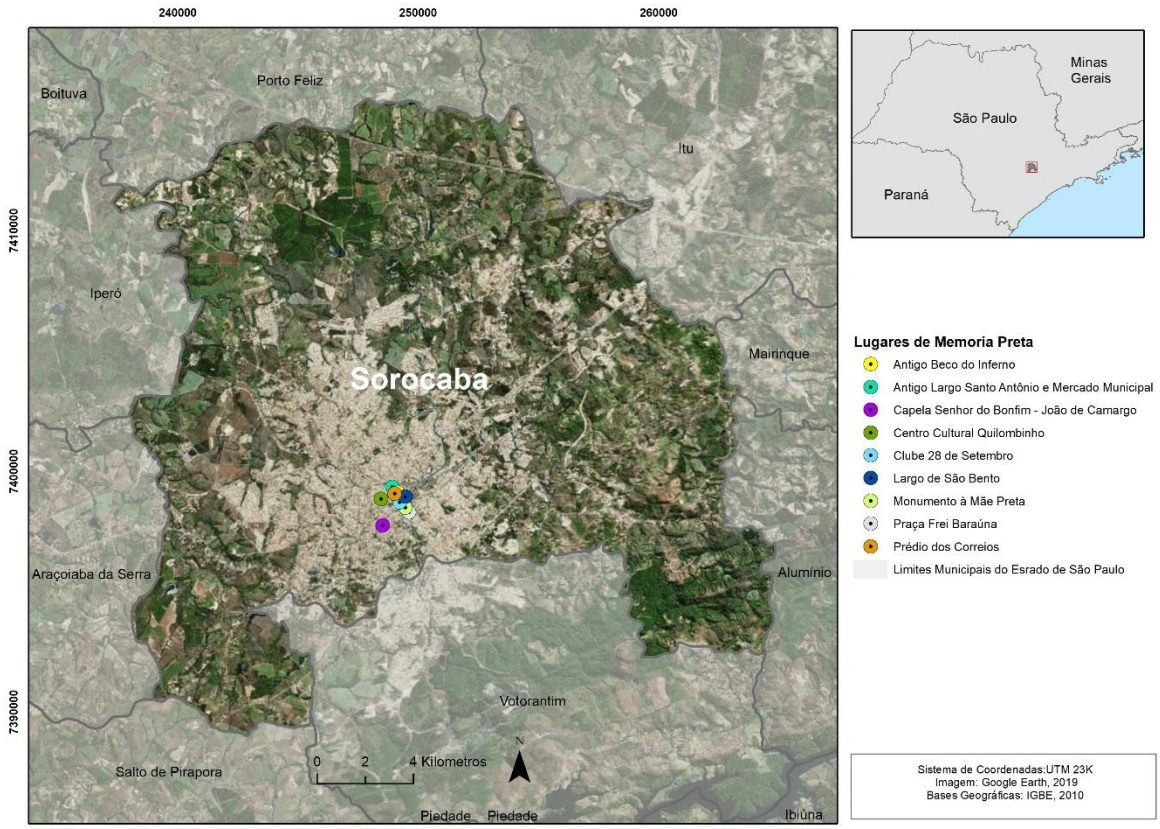
É possível observar no **mapa 2** que a concentração de famílias afrodescendentes aumenta no sentido da zona norte e oeste de Sorocaba, áreas nas bordas periféricas urbanas, enquanto essa proporção diminui à medida que nos aproximamos do centro da cidade. Por sua vez, nas áreas centrais, onde estão concentrados os lugares de memória afro-brasileira (**mapa 3**) será, onde encontraremos concentração de população branca, explicitando a separação entre sujeitos e patrimônio histórico.

Mapa 2 – A Segregação Socioespacial e Racial em Sorocaba



Autor: Marcos Martines (UFSCar, *campus* Sorocaba, 2017)

Mapa 3 - Mapa dos Lugares de Memória Negra em Sorocaba



Autor: Marcos Martines (UFSCar, campus Sorocaba, 2021)

O desencontro entre sujeito e patrimônio é visível num espaço branqueado pela urbanização a qual carrega seu fundamento na sociedade de passado escravista. Como registra o jornal O Cruzeiro do Sul[9], o bairro Campolim/Jardim Paulistano, onde se localiza a Capela João de Camargo, é, hoje, uma região extremamente valorizada, sendo buscada cada vez mais pelos segmentos de classe média e alta, beneficiados por lojas e outros estabelecimentos comerciais, bem como edifícios residenciais de alto padrão. Fica no passado o período em que lá viveu João de Camargo. Segundo os entrevistados, este mesmo espaço fora um local de refúgio para os negros da região, cujos terrenos teriam sido doados por Quiló, um português de muitas posses, casado com uma mulher negra. Teria sido um local estratégico para a comunidade negra que ali residia por conta de sua proximidade com os quilombos da região.

A entrevistada, Marilda Soares[10], nos conta que as famílias negras, por passarem por situações de dívidas, foram vendendo suas terras e migrando para os bairros mais periféricos. Portanto, poucas pessoas associam estes elementos históricos ao bairro, atualmente. Trata-se de um espaço de memória no qual há uma ruptura entre o que é real e o que é selecionado para ser lembrado, conforme Nora:

> Aceleração: o que o fenômeno acaba de nos revelar bruscamente, é toda a distância entre a memória verdadeira, social, intocada, aquelas cujas sociedades ditas primitivas, ou arcaicas, representaram o modelo e guardaram consigo o segredo – e a história que é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado, porque levadas pela mudança. (1993, p. 8).

Nas memórias da sociedade sorocabana não estão presentes os símbolos e as obras do passado dos afro-brasileiros; por todo o canto, há, sim, a memória da história oficial, dos tropeiros, e dos monumentos que sempre recordam a grandiosidade do bandeirantismo e de suas conquistas por terras paulistas.

Segundo Cavalheiro, em 1840, os negros representavam 24,96% da população da cidade, sendo 34% na vila de Sorocaba. No censo realizado no ano de 1872, Sorocaba tinha uma população de 4.793 habitantes na cidade e 8.166 nos bairros, sendo que destes 8.044 eram brancos, 2.031 pardos e 2.884 pretos (37,93% da população), e entre os dois últimos grupos 3.070 eram escravizadas (CAVALHEIRO, 2001 apud CAVALHEIRO, 2006). Em 1881, Sorocaba tinha 3096 escravizados e em 1887, antecedendo a abolição, esta população era de 940. O cultivo de algodão, segundo o autor,

[9] De acordo com estudo recente da empresa do setor imobiliário Viva Real, entre os dez bairros que tiveram valorização do m2 dos imóveis para venda, seis ficam na zona sul e o Jardim Portal da Colina tem o preço médio do m2 mais valorizado: R$ 6.589, seguido do Campolim (R$ 4.736) e o Mangal fica em terceiro (R$ 4.576). ""O preço do m2 quem define é o mercado e depende muito da demanda e da oferta de empreendimentos"", afirma o gerente de marketing e vendas da Imobiliária Casabranca, Paulo Barreira Fernandes. (Jornal O Cruzeiro do Sul, 26/10/15 | Equipe Online - online@jcruzeiro.com.br). Disponível em: https://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/650168/zona-sul-de-sorocaba-esta-verticalizada-e-valorizada.

[10] Marilda Soares é uma das fundadoras da Ong Quilombinho, que se localizava no bairro do Campolim, e estava em mudança para a zona norte da cidade.

fomentou a urbanização e a instalação de algumas indústrias. Visto que a cidade vinha se industrializando, a partir de 1865, passou-se a estimular a vinda de imigrantes italianos com o intuito de ocupar os postos de trabalho. Umas principais indústrias era a têxtil e uma estrada de ferro foi implantada com capitais acumulados a partir da economia tropeirista e com a produção e comércio de algodão.

A economia sorocabana esteve baseada no comércio, prestação de serviços, artesanato, indústrias e criação de gado, sendo que os escravizados trabalhavam como "de ganho" ou funções domésticas, além disso, desenvolvendo comércio ambulante e trabalhando como operários nas fábricas de algodão, ferro e de chapéus. Segundo Santos (2011), havia a prática dos senhores enviarem seus cativos à aprendizagem de ofícios industriais e ofereciam, assim, os seus serviços aos proprietários das oficinas e manufaturas, cujos pagamentos de salários eram, posteriormente, entregues a eles. Exemplo que mostra o quanto a escravidão se aprofundou nas regiões brasileiras levando a uma especialização de trabalhos que atendiam às diversas demandas de setores dominantes.

A história da formação social brasileira mostra a constituição de um grupo extenso de pessoas continuamente mantido à margem de direitos básicos da cidadania. Em sua grande maioria, negros, indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais, favelados e cortiçados, crianças e mulheres negras pobres, fazem parte do contingente de ausentes da memória escolar, do trabalho e dos direitos ao território. Memórias e histórias sobre as lutas e sobre a participação da população negra na constituição da sociedade não aparecem de forma adequada nos espaços curriculares escolares. Essa ausência/presença dificulta a construção de uma perspectiva democrática ao longo do processo formativo.

Nesse sentido, a reconstrução do processo histórico tem profunda relação com a memória, e o trabalho com a rememoração das histórias de vida é também trazer à luz as memórias, instrumentos de propagação de sentidos e significados, à configuração dos sujeitos que, no presente, buscam se reconhecer naquilo que foi construído/criado por seus antepassados. As separações da modernidade representadas pela urbanização que fragmenta e segrega os sujeitos negros instigam pensar nas políticas de conservação de seus patrimônios históricos e culturais, sobre quem seleciona o que deve ser guardado e para quem. É preciso criar modelos de política cultural plurais e democráticos, além de pensar na educação geográfica como parte da realidade brasileira em que o racismo funda as relações, perpassando as dimensões sociais, espaciais, territoriais e culturais.

Considerações Finais

Neste trabalho, buscamos analisar as relações entre espaços públicos e lugares de memórias negras em Sorocaba. Partindo de pesquisa realizada com estudantes da Licenciatura em Geografia e em Pedagogia da UFSCar, em 2017, cujo percurso promoveu a experiência da articulação teórica com a prática espacial, por meio de trabalho de campo, realização de entrevistas e discussão teórica, fez emergir o problema dos usos da memória e do patrimônio histórico. A pesquisa trouxe importantes referenciais para a investigação de processos envolvidos na urbanização brasileira os quais podem e devem ser parte de projetos formativos na educação geográfica.

Pensar os lugares de memória negra sorocabana na escala da macro metrópole, cuja urbanização se liga à desconcentração industrial da metrópole paulista e à reestruturação produtiva que, desde 1970, acelerou o crescimento urbano dessa cidade, é encontrar seu apagamento. A análise das relações entre espaço público e patrimônio afro brasileiro levou à presença de positividades posto que os monumentos resistem ao predomínio da homogeneização e padronização dos espaços sob a lógica de uma cidade que reproduz níveis crescentes de segregação. Contudo, a tendência a apartar os negros nos territórios periféricos, no bojo desse processo, nos revela, também, negatividades, na medida em que se constituem os (des)encontros entre sujeitos e o patrimônio histórico urbano. Esta condição é agravada numa realidade em que as periferias urbanas brasileiras contam com poucos equipamentos urbanos, tornando mais imediata a luta por asfalto, creches, escolas, casa de alvenaria, trabalho e pela mobilidade urbana. As distâncias e a precariedade de transportes os separam do patrimônio afro-brasileiro localizado nos centros. Por seu turno, também, verifica-se a escassez de museus, bibliotecas, centros culturais e outros, nas periferias.

Analisando que os lugares da memória se tornaram parte dessa modernidade em que as culturas ancestrais, os feitos e as realizações artísticas se desencarnaram da memória viva, eles se tornam meios de conhecimento e identidade às novas gerações. Como diz Nora (1993, p. 8): “Se habitássemos ainda nossas memórias não teríamos necessidade de lhes consagrar lugares”. Nesse processo em que reside o perigo do esquecimento, da perda da memória, no presente em transformação, se intensificam as adversidades à alimentação da memória do negro na cidade. A condição de ser negro é forjada no projeto político de construção da nação que torna o passado uma página virada com o fim da escravidão. Em Sorocaba, esse processo se reproduz, são outras memórias valorizadas no imaginário social e nos currículos escolares, reforçando a homogeneidade e a ideologia da democracia racial, o que significa, na prática, legitimar apenas uma pequena parcela da população como produtora de memória, história e cultura (PASSOS et alii, 2016). É preciso (re) elaborar o conhecimento sobre o patrimônio afro brasileiro na escola, na educação geográfica que ensina a cidade e a urbanização, como perspectiva crítica dos processos que envidam o apagamento

de sua memória. O direito à cidade, nessa direção, é também o direito à memória dos antepassados presentificada nos lugares, sendo a sua valorização importante suporte da identidade de todo um grupo social.

Referências

CAMPOS, Carlos de; FRIOLI, Adolfo. J*oão de Camargo – o nascimento de uma religião de Sorocaba*. São Paulo: Editora SENAC SP, 1999.

CASTRO, Sônia; LOMARDO, Fernando Antônio. *O solitário da água vermelha*. Sorocaba/SP: Editora Terra Rasgada. 1995.

CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. *Folclore em Sorocaba*. Sorocaba/SP: Editora Terra Rasgada: Prefeitura Municipal, 1999.

DAMIANI, Amélia Luísa. A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica. *Terra Livre*, São Paulo, n.15, p.21-37, 2000. Disponível em: < A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica | Damiani | Terra Livre (agb.org.br)> acesso em 21 out 2020.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FERNANDES, Florestan. Contribuição para o estudo de um líder carismático. In *O Negro no Mundo dos Brancos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972. p. 216-239.

FRIOLI, Carlos de C. Adolfo. *João de Camargo o Nascimento de uma Religião de Sorocaba*. São Paulo: SENAC, 1999.

GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrole – o que a globalização está fazendo de nós.* Rio de Janeiro, Editora Record, 2000.

GODOY, Adriana Cristina de. Conhecer para Valorizar: O Patrimônio Cultural como Conteúdo do Ensino de História. *Dialogus*. v. 8. n. 1 e 2. Ribeirão Preto, SP, 2012.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz. Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIMA, Alessandra Rodrigues. *Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro: as narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História. A Problemática dos Lugares*. Trad. Yara Aun Khoury. Proj. História, São Paulo (10). dez. 1993.

PASSOS, Joana Célia et alii. O patrimônio afro brasileiro: São José, um estudo de caso. *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, vol. 29, no 57, p. 195-214, janeiro-abril 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/eh/v29n57/0103-2186-eh-29-57-0195.pdf> acesso em 28 out 2020.

PEREIRA, Marco Antônio. *E do silêncio fez-se a fala: oralidade e trajetória de vida de mulheres negras da Cidade de Sorocaba*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação – UFSCar, 2014.

SHIKAMA, Felipe. Capela construída por João de Camargo passa por reformas. https://www.jornalcruzeiro.com.br. Acessado em 05/04/2018

TORRES, Haroldo da Gama et ali. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. *Estudos Avançados*. 17 (47), 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000100006 Acesso em 20 out 2020.